

# Reflexões para uma teoria da localização da economia popular nas metrópoles brasileiras

*Marina Regitz Montenegro*

✉ montenegromarina@hotmail.com

## Resumo

O circuito inferior da economia urbana assume uma enorme dimensão nas metrópoles brasileiras, fazendo-se presente tanto em áreas centrais quanto em bairros periféricos. Buscamos, neste artigo, analisar os diferentes conteúdos do espaço que permitem e garantem a presença das atividades da economia popular nessas localizações em grandes cidades como São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. Refletimos, assim, sobre como os conteúdos dessas localizações autorizam ou, ainda, convidam a certos usos do território. Nessa direção, buscamos contribuir com a construção de uma economia política da cidade que se propõe a entender como o meio construído se organiza face à produção e como os agentes encontram seu lugar no tecido urbano e na divisão do trabalho.

\* \* \*

**PALAVRAS-CHAVE:** circuito inferior da economia urbana; conteúdos do espaço; meio construído; centro; periferia.

## Introdução

As metrópoles brasileiras sediam crescentemente atividades modernas ligadas à divisão social do trabalho do mundo das informações e das finanças. Contudo, nessas grandes cidades também multiplicam-se, atualmente, as formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos, dependentes dos próprios conteúdos dos lugares onde estão inseridas. As metrópoles abrigam, assim, diferentes divisões do trabalho que coexistem e que estabelecem, por sua vez, relações diferenciadas com seu meio construído. Segundo Santos (1975), essas divisões do trabalho coexistentes compreendem circuitos da economia urbana que se distinguem em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização assumidos pelas atividades urbanas. Quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior.

O circuito superior — composto pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores — é o resultado direto das modernizações que atingem o território. Seus principais representantes, no período atual, são as grandes indústrias, corporações globais e multisetoriais, empresas de consultoria, empresas produtoras de informação e de alta tecnologia, grandes firmas de *entertainment* e empresas do ramo financeiro (SILVEIRA, 2011). Enquanto parte integrante do circuito superior, Santos (1978, p. 80) identifica também a existência de um circuito superior marginal que “pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas”. Esta porção do circuito superior pode assumir, portanto, um caráter residual ou um caráter emergente.

O circuito inferior, por sua vez, compreende o resultado indireto da modernização e constitui-se de formas de fabricação não intensivas em capital, serviços não modernos fornecidos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo da população de baixa renda. Este circuito pode ser compreendido, assim, como as formas de trabalho urbanas assumidas pela pobreza nas grandes cidades.

Se por um lado o território brasileiro se transforma cada vez mais em uma arena de produções modernas e globalizadas, abrigando um denso circuito superior, por outro lado este não deixa de estar acompanhado de um profuso circuito inferior também em expansão. E, enquanto o circuito superior afirma crescentemente seu caráter poupador de mão-de-obra, o circuito inferior, em suas diferentes formas de organização — microempresas pouco capitalizadas, prestadores de pequenos serviços, pequenos comércios, pequenos negócios

domésticos, vendedores ambulantes etc. — vem se consolidando, cada vez mais, como o abrigo e o fornecedor de ocupação e renda para grande parte da população pobre metropolitana (MONTENEGRO, 2011).

Tendo em vista a enorme dimensão assumida pelo circuito inferior nas metrópoles brasileiras, buscamos analisar a seguir os diferentes conteúdos do espaço que garantem e permitem a presença do circuito inferior em áreas centrais e periféricas de grandes cidades como São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. Refletimos, assim, sobre como os conteúdos destas localizações autorizam e convidam a certos usos do território por parte dos agentes da economia popular.

### **Localizando o circuito inferior nas grandes cidades**

As mais diversas atividades do circuito inferior da economia encontram-se presentes de forma capilarizada pelo tecido urbano das grandes metrópoles brasileiras. Pequenos comércios, oficinas de consertos, vendinhas, pequenos salões de cabeleireiro, vendedores ambulantes, dentre outros distribuem-se por toda a malha das grandes cidades.

Contudo, as pequenas atividades pouco capitalizadas se concentram, de forma mais densa, em suas áreas centrais e em seus bairros periféricos mais populosos. Tal densidade diferencial da presença do circuito inferior no tecido urbano das grandes cidades está relacionada a fatores distintos segundo a localização considerada, conforme veremos a seguir. Para além da valorização desigual do meio construído, podemos apontar certos elementos que, combinados a essa valorização diferencial das localizações e, de certa forma, permitidos por ela, implicam tal distribuição característica do circuito inferior no tecido urbano dessas cidades.

### **A densidade da economia popular nas áreas centrais**

Em diferentes metrópoles brasileiras, observamos nos últimos anos o avanço do processo de desvalorização de centros históricos. Embora esse processo envolva fatores particulares em cada cidade, podemos identificar um movimento de caráter mais geral em que áreas centrais, que compreendiam outrora as centralidades das atividades hegemônicas, vêm sofrendo um intenso processo de desvalorização e de recomposição de seus usos ao longo das últimas décadas. Conforme pondera Villaça (1998), a partir dos anos 1970 os centros das maiores cidades brasileiras foram abandonados como locais de comércio, serviços e lazer das classes mais abastadas, se consolidando, ao mesmo passo, enquanto centralidade de comércios e serviços populares.

O processo de desvalorização dos centros históricos das metrópoles brasileiras, combinado à emergência de novas centralidades hegemônicas, tem implicado, assim, em um rearranjo dos usos nas áreas centrais. Apesar de certas tentativas de implementação de programas de requalificação nas áreas centrais, como em São Paulo, observa-se, em contrapartida, a intensificação de sua ocupação por atividades da economia popular. Nos últimos anos, nos centros de grandes cidades como São Paulo, Fortaleza e Belém, por exemplo, aprofundou-se o processo de alteração no perfil das ocupações ali concentradas, com a multiplicação de atividades pouco capitalizadas e com o empobrecimento da população que ali reside e trabalha (COMIN, 2005, FRÚGOLI JR., 2000; SILVA, 2007). Daí a concentração crescente de atividades do circuito inferior nas áreas centrais.

Embora os pequenos negócios do circuito inferior tendam a se concentrar nas parcelas mais desvalorizadas do tecido urbano, haja vista seu baixo nível de capitalização, esses necessitam, todavia, de uma escala mínima de mercado que lhes permita perpetuar sua existência. Assim sendo, os agentes do circuito inferior buscam se instalar preferencialmente em localizações centrais da cidade, sobretudo em pontos que representam centros de consumo popular ou, ainda, “centralidades periféricas” (ROLNIK et alii, 2005), dentre as quais os chamados centros históricos representam, atualmente, as principais localizações. No entanto, é evidente que apenas uma parcela restrita destes agentes consegue se fixar em pontos centrais, visto que os recursos da maioria lhes permitem a inserção somente em áreas menos valorizadas da cidade. Segundo Harvey (1982, p. 31):

Os valores de uso disponíveis no ambiente construído são limitados, (...) os indivíduos se utilizam do seu poder de mercado e disputam recursos escassos nas localizações mais vantajosas. Em seu nível mais elementar, essa concorrência é pelas chances de sobrevivência, pois cada trabalhador sabe que a capacidade de sobrevivência depende da capacidade de assegurar acesso a um conjunto particular de recursos numa localização razoavelmente satisfatória.

Haja vista os altos valores de aluguéis nos centros das metrópoles, os pequenos negócios tendem a se localizar, sobretudo, nos subespaços menos valorizados das áreas centrais, em pontos mais afastados das principais vias ou, ainda, em certos casos, em enclaves mais deteriorados das áreas de maior circulação. Contudo, mesmo nestas áreas, os valores de aluguel dos imóveis, cuja dimensão é extremamente reduzida, são relativamente elevados para os níveis de capitalização do circuito inferior. Em contrapartida, estes altos valores de locação tendem a ser compensados, pela grande quantidade de pessoas que aí circula, ou seja, pelo mercado concentrado por essa região da cidade.

As estimativas do volume da circulação nas áreas centrais ilustram a importância deste mercado potencial. Em São Paulo, por exemplo, estima-se que a circulação realizada em transporte coletivo, em transporte individual e a pé no centro envolva mais de 2 milhões de pessoas por dia (PMSP/PROCENTRO, 2001). Nas ruas São Bento, Direita, São João e Barão de Itapetininga, o volume de pedestres é superior a 6.000 pessoas por hora em dias úteis (ROLNIK et alli, 2005). Já em Brasília, o movimento na rodoviária do Plano Piloto, que pode ser considerada como a principal centralidade popular da cidade, também é extremamente intenso, haja vista a enorme quantidade de pessoas, residentes nas cidades satélites e nos municípios contíguos ao Distrito Federal, que se deslocam diariamente para o Plano Piloto. Estima-se que aí circulem cerca de 600 mil pessoas por dia entre segunda-feira e sexta-feira e 400 mil no fim de semana. Essa “massa” que trabalha e circula nas áreas centrais consome uma grande diversidade de produtos e serviços nos pequenos negócios e, mesmo que cada cliente realize apenas um consumo miúdo, de ocasião, de artigos como café, cigarro, balas, refrigerantes etc., o volume do mercado e de renda é garantido pela soma das pequenas operações diárias.

**Foto 1. Grande fluxo de passageiros na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília**



Fonte: Montenegro (2011).

Para os agentes do circuito inferior, a possibilidade de garantir o acesso ao

mercado e de se beneficiar das “externalidades”, concretizadas em determinadas localizações, pode representar as chances de garantia de uma renda e de sobrevivência da empresa. As áreas centrais são justamente as localizações que concentram as chamadas externalidades ou economias externas, as quais são de utilidade especial às pequenas empresas (GOODALL, 1977), uma vez que estas dependem fortemente dos conteúdos abrigados pelas localizações onde estão inseridas. Conforme explica Corrêa (1989, p. 79), as economias externas compreendem os “efeitos econômicos sobre as empresas e atividades decorrentes da ação de elementos externos a elas”. A localização próxima a um nó de tráfego e ao sistema de transporte público, por exemplo, lhes garante maior acessibilidade; a copresença de várias empresas em uma mesma área cria uma escala que uma única empresa não teria; daí os conceitos de “economias externas de escala ou de economias de aglomeração”. As áreas centrais constituem, assim, localizações onde o circuito inferior se beneficia mais diretamente dos efeitos das chamadas economias externas.

Antiga centralidade das atividades hegemônicas, o centro de São Paulo nos permite realizar, por outro lado, uma reflexão sobre o caráter relativo dos conceitos de economias externas e de economia de aglomeração, visto que estes podem variar em função das diferentes forças dos atores. Até a década de 1970, a concentração das atividades econômicas no centro da cidade, sobretudo daquelas de caráter industrial e comercial, estruturava o aglomerado metropolitano, definindo sua centralidade principal. Contudo, a partir deste momento, a dispersão da indústria passou a representar um elemento fundamental de reorganização espacial da metrópole. Graças à modernização tecnológica e à reestruturação produtiva, a possibilidade de difusão espacial da atividade econômica das grandes empresas subverteu a hierarquia de centralidades, permitindo a emergência de uma “centralidade difusa e polivalente” (FELDMAN, 2010).

As externalidades concentradas no centro representavam, outrora, uma verdadeira economia de aglomeração para os agentes do circuito superior. Contudo, no momento em que suas exigências de infraestruturas modernas e de fluidez não se concretizaram mais nesse espaço, novas centralidades hegemônicas emergiram na cidade. Equipamentos construídos nas décadas de 1940 e 1950 passaram a não atender mais às demandas corporativas, simbolizadas, sobretudo, pelo surgimento dos chamados “edifícios inteligentes”. Destarte, as maiores empresas passaram a migrar para a Avenida Paulista e, a partir da década de 1980, para o chamado “vetor sudoeste”. Ao mesmo passo em que se consolidaram estas novas centralidades, o centro antigo de São Paulo sofreu um processo de desvalorização, antecipado pela própria valorização desses outros pedaços da

cidade. Conforme coloca Harvey (1985), a busca por novas formas de capital fixo mais produtivas e mais rentáveis tende a acelerar a desvalorização do capital fixo cristalizado no meio construído. A partir dos anos 1980, desencadearam-se, então, os dois processos que, segundo Comin (2005), passaram a definir o centro de São Paulo: uma “mudança no perfil de sua ocupação”, com a multiplicação de atividades pouco capitalizadas, e o seu “empobrecimento”. Daí a proliferação de atividades do circuito inferior que se sustentam justamente nos conteúdos abrigados pelo centro, os quais conformam, por sua vez, uma verdadeira economia de aglomeração para este circuito.

Nesse sentido, colocam-se então as seguintes questões: será que o significado de uma economia de aglomeração é o mesmo para os agentes dos dois circuitos da economia urbana? Será que o uso desse conceito não tenderia a homogeneizar o que, em realidade, não é homogêneo para os diferentes agentes na escala da cidade e, mesmo, da região? No período atual, nos parece que a existência de uma economia de aglomeração pode ser, em certos ramos, prescindível para o circuito superior. Já para o circuito inferior, esta se mantém como um atributo essencial do espaço, na medida em que suas atividades tendem a se instalar nos interstícios da cidade, desprezados pelos setores mais modernos.

A multiplicação das mais variadas estratégias dos agentes do circuito inferior, em diferentes metrópoles, para garantir uma localização nas áreas centrais reforça a tese de como esta porção do território representa um verdadeiro abrigo para eles (SANTOS et alli, 2000). Se por um lado a proliferação de atividades do circuito inferior nos centros das grandes cidades é um processo característico de todas as metrópoles brasileiras, por outro lado não deixa de assumir manifestações regionais segundo a cidade considerada.

No centro de São Paulo, por exemplo, a copresença de tarefas não inter-relacionadas em um mesmo pequeno estabelecimento parece permear cada vez mais o circuito inferior nesta área da cidade. Bancas de jornal onde se oferece o serviço de conversão de fita K7 e LP para CD, chaveiros que vendem bijuterias e biscoitos, relojoarias onde são vendidos cosméticos, salões de cabeleireiro onde se anuncia a conversão de vídeos VHS para DVD são apenas algumas das combinações encontradas no centro de São Paulo hoje. Se, à primeira vista, estas combinações de atividades poderiam ser identificadas apenas como estratégias visando uma maximização da renda, várias situações sugerem, também, a inter-relação entre fatores de outras ordens. A diversificação de tarefas e artigos não relacionados no circuito inferior pode estar relacionada, por exemplo, à solidariedade com familiares e amigos em situação de dificuldades. Essas práticas podem se dar por meio da disponibilização de uma fração do imóvel, mesmo que este seja

extremamente pequeno, para a exposição e venda de artigos de terceiros. No entanto, a disponibilização de uma fração do imóvel para venda de produtos de terceiros ou, ainda, para o anúncio de serviços repassados a terceiros, pode envolver também certos custos, como a cobrança de uma porcentagem sobre essa terceirização ou sobre as vendas realizadas.

O fracionamento dos estabelecimentos e a realização de tarefas não relacionadas entre si em um mesmo local podem representar ainda uma forma de dividir os custos — como o aluguel e contas de energia elétrica, telefonia e água — entre os agentes de uma economia pouco capitalizada. Encontraríamos aí situações em que capitais e trabalhos diferentes se associam para garantir o acesso ao mercado e aos efeitos úteis de aglomeração (TOPALOV, 1979) concentrados em determinadas localizações.

**Foto 2. Estabelecimento de conserto de eletrodomésticos, afiação de facas e chaveiro no centro de São Paulo**



Fonte: Montenegro (2011).

Já em Fortaleza, a área central passou a concentrar, desde os anos 1980, atividades típicas da economia pobre, com a expoente multiplicação dos pequenos negócios, das feiras populares e, sobretudo, do comércio ambulante. Atualmente, os arredores da Praça José de Alencar se consolidaram como a principal localização de comércio e consumo popular da capital cearense.

Nos últimos anos, a expansão do circuito inferior no centro de Fortaleza se

deu, sobretudo, por meio da multiplicação de feiras populares de confecção, como as feiras da Rua José Avelino, da Catedral da Sé, da Praça da Lagoinha e do Beco da Poeira, na Praça José de Alencar. A feira da Rua José Avelino, por exemplo, concentra diariamente de 5 a 10 mil comerciantes de roupas e acessórios. Às segundas-feiras, o movimento é muito intenso, são mais de 150 ônibus que chegam de outras cidades para as compras no varejo e no semi-atacado local. Conhecida como “shopchão”, a Feira da Sé é uma espécie de feira da sulanca, que trabalha com sobras de tecidos, retalhos e peças desprezados pelas lojas. Funcionando durante a madrugada, atrai também uma grande quantidade de “sacoleiros”, vindos sobretudo de outras cidades do Nordeste, para nela se abastecer.

Nessas feiras, as mercadorias são expostas em calçadas, galhos de árvores, capôs de carros e até mesmo penduradas nos ônibus. Evidencia-se aí a importância de garantir um ponto de venda, por mais precário que seja, nessa área que concentra um mercado popular de alcance metropolitano e regional. A recente multiplicação das feiras populares de roupas e acessórios no centro da cidade ilustra a importância assumida pelo ramo de confecções na economia popular hoje e explica-se, também, pela representatividade dos setores têxtil e de vestuário na economia da Região Metropolitana de Fortaleza.

Um traço típico do circuito inferior do centro de Belém é, certamente, a enorme quantidade de “barraquinhas” instaladas nas ruas, nas quais se vendem pratos típicos da alimentação paraense como tacacá, vatapá, caruru, açaí com farinha etc. Apenas no centro histórico, estima-se que haja mais de 600 vendedores ambulantes de alimentos (SENA, 2002). A população de baixa renda consome cotidianamente esses alimentos. Em pé ou sentadas em banquinhos improvisados, as pessoas almoçam, lancham e jantam em plena calçada de becos e ruas estreitas do centro.

A alimentação parece ser, aliás, uma das principais especializações em torno da qual se desenvolvem os pequenos negócios na cidade de Belém como um todo, gerando ocupação para milhares de pessoas. Segundo Sena (2002), esses trabalhadores de Belém atuam no ramo de alimentos pois tal tipo de produto apresenta maior demanda, o setor exige um pequeno volume de recursos e de capital para iniciar a atividade e há parentes ou amigos trabalhando no ramo.

Encontramos aí diferentes estratégias adotadas pelos agentes do circuito inferior para garantir sua inserção nas áreas centrais, visando usufruir dos benefícios que estas apresentam. Tais vantagens envolvem o acesso ao conjunto de economias externas concentrado nos centros das grandes cidades, como a convergência do sistema de transporte público e a reunião de firmas de diferentes

ramos. Nessa direção, os pequenos negócios, localizados nas áreas centrais, buscam também se beneficiar de relações que se estabelecem entre empresas do mesmo ramo, participar de redes de subcontratação e usufruir da maior densidade de informações e trocas que aí circulam; ou seja, procuram se beneficiar da própria dinâmica do meio onde estão localizadas (BEAUJEU-GARNIER, 2006). Estas possibilidades se combinam ao acesso a uma clientela potencialmente maior do que em outros pontos, atributo que garante e permite a presença do circuito inferior em enclaves menos valorizados das áreas centrais.

### A densidade da economia popular nas periferias

Nas grandes cidades, as pequenas atividades pouco capitalizadas concentram-se, de forma mais densa, não apenas em seus centros históricos, mas igualmente em seus bairros periféricos mais populosos. Nesses bairros, também se encontra reunida uma grande diversidade de pequenos negócios e de atividades variadas da economia popular. Uma combinação de elementos aí concentrados, de natureza diferente daqueles presentes nas áreas centrais, faz com que o circuito inferior encontre nessas porções do território um verdadeiro abrigo (SANTOS et alli, 2000) para sua instalação e reprodução.

A concentração da pobreza nas periferias das grandes cidades implica na grande presença de diferentes formas de trabalho realizadas com recursos escassos. Estas se sustentam, por sua vez, no grande mercado pobre que reside nas áreas periféricas e na ocupação intensiva de um meio construído precário e desvalorizado. Desenvolve-se, aí, uma enorme diversidade de atividades de uma economia popular que, diferentemente daquela localizada na região central, se completa na escala da cidade ou, ainda, do próprio bairro e que se sustenta na freguesia da vizinhança.

A alta densidade demográfica que caracteriza essas áreas acaba por representar um mercado extremamente volumoso e próximo aos pequenos negócios do circuito inferior. Nas grandes cidades brasileiras, a maior parcela da população segue concentrada em regiões pobres e periféricas: Ceilândia, onde a renda per capita é extremamente baixa, é a cidade satélite mais populosa do Distrito Federal; os bairros pobres da orla de sul de Belém apresentam as maiores densidades demográficas do município; os extremos das zonas sul e leste de São Paulo concentram os distritos mais populosos e a população de menor renda; a faixa oeste do litoral de Fortaleza reúne também os bairros de maior densidade demográfica e com menor renda per capita do município.

Nos bairros periféricos dessas metrópoles, as atividades do circuito inferior se

realizam em pequenos estabelecimentos, nas calçadas e, em muitos casos, nas próprias residências dos moradores. Alguns pequenos negócios localizam-se nas principais centralidades dos bairros, como as vias de maior movimento, onde o valor do solo é certamente mais elevado que nas vias menos movimentadas. A maior parte das atividades se distribui, contudo, pelas múltiplas vielas desses núcleos periféricos: são vendinhas, oficinas mecânicas, borracharias, bicicletarias, serralherias, copiadoras, chaveiros, pequenos salões de cabeleireiro, locadoras de filmes, *lanhouses*, pequenas gráficas além das mais diversas atividades realizadas em residências.

O grau de deterioração do meio construído nas periferias, revelado sobretudo pelo mau estado de conservação dos imóveis e pela precariedade da infraestrutura e dos equipamentos públicos, evidencia o baixo nível de renda da população residente nessas partes da cidade. Todavia, a desvalorização do meio construído é precisamente um dos fatores que permite o surgimento de uma atividade econômica de pequena dimensão, desenvolvida com poucos recursos, em áreas que coincidem com o local de residência de seus agentes.

Em São Paulo, por exemplo, os valores dos aluguéis pagos nos imóveis para a realização de atividades do circuito inferior na região do M'Boi Mirim (na zona sul da cidade) concentram-se sobretudo na faixa de R\$ 200,00 a R\$ 500,00; enquanto os preços pagos pelo circuito inferior no centro podem ultrapassar R\$ 1.500,00. Essa disparidade também se faz presente em outras metrópoles: em Fortaleza, por exemplo, entre as microempresas pesquisadas na periferia do Pirambu, predominam os valores de aluguel na faixa de R\$ 200,00 mensais; enquanto o aluguel de um ponto no centro fica em torno de R\$ 1.000,00. Enquanto, a locação de um pequeno *box* na rodoviária do Plano Piloto de Brasília pode alcançar o valor de R\$ 1.500,00; o aluguel de pontos comerciais em Ceilândia situa-se na faixa de R\$ 200,00 a R\$ 500,00. Esses valores de locação de pequenos estabelecimentos também predominam em bairros da periferia da orla sul de Belém.

A forte presença de um circuito inferior residencial, ou seja, de atividades realizadas em residências, é um traço que parece marcar a economia popular das periferias das grandes cidades. Com efeito, a realização de pequenas atividades em residências aparece como uma de suas principais manifestações, senão a principal. Avançamos, aqui, a hipótese de que o circuito inferior residencial periférico possui uma importância imensurável enquanto gerador de trabalho e renda nas grandes cidades brasileiras. Abrangendo toda uma atividade econômica praticamente não estudada, ele exerce um papel fundamental na complementação da renda, ou mesmo enquanto atividade principal, das famílias pobres de bairros periféricos das metrópoles. Segundo o IBGE (2003), de um total de 2,7 milhões de micro

empreendimentos existentes nas cidades do país, 14,6% funcionam nos domicílios dos próprios empreendedores.

Atividades como o preparo e venda de refeições, a fabricação caseira de produtos de limpeza, serviços de corte e costura, aulas de reforço para crianças, consertos diversos e serviços de manicures se fazem presentes, de modo geral, nos bairros periféricos das metrópoles brasileiras. Certas atividades apontam, contudo, para os traços regionais assumidos pela economia popular de cada cidade. No circuito inferior residencial da periferia de Fortaleza destacam-se, por exemplo, as atividades de fabricação de dindin (ou “geladinho”), a produção de tapiocas, o conserto de ventiladores, a venda de queijo coalho e a confecção de chinelos. Já em Belém, atividades frequentemente realizadas em residências são a venda de polpa de frutas regionais, o preparo de comida caseira, aluguel de mesas e cadeiras para festas, compra de materiais recicláveis, venda de café, bolos e lanches caseiros em mesas instaladas diante das casas pela manhã e ao fim da tarde e a venda de picolé e “chopp” (geladinho de refresco) feitos com açaí. Nas residências de Ceilândia, na periferia de Brasília, atividades bastante habituais são a locação de cômodos, a locação a venda de móveis e utensílios usados, o serviço de frete e carreto para mudanças e a revenda de roupa de segunda mão.

**Foto 3. Conserto de TVs e venda de “chopp” em residência da periferia de Belém**



Fonte: Montenegro (2011).

A densidade comunicacional (SANTOS, 1996) configura outro atributo dos

espaços periféricos relacionado à intensidade da presença do circuito inferior nestas localizações. A participação em determinadas redes de sociabilidade desdobra-se, muitas vezes, na prestação de pequenos serviços entre os próprios membros das redes de âmbito local que se formam nas periferias das grandes cidades (MARQUES, 2010). Desenvolvem-se aí diferentes atividades que envolvem a solidariedade e, em muitos casos, também uma remuneração monetária entre vizinhos ou familiares que tomam conta de crianças, se ocupam de familiares enfermos, ajudam em obras ou reformas, realizam pequenos reparos e serviços de elétrica ou hidráulica, ou se especializam na recepção de migrantes. A confiança e a reciprocidade aparecem como elementos centrais desta teia de relações.

A importância de um cotidiano compartilhado na periferia das grandes cidades revela-se também nas formas de sociabilidade estabelecidas, por exemplo, entre pequenos comerciantes e clientes habituais que habitam nas proximidades. A proximidade e relações mais pessoais e flexíveis, típicas de um pequeno comércio de vizinhança, permitem que o fiado e a pechincha se mantenham como práticas correntes. Já nas áreas centrais, o fiado vem perdendo espaço entre os pequenos negócios; os nexos financeiros parecem se instalar aí com mais voracidade do que na periferia, onde o fiado ainda se mantém como uma característica típica do pequeno comércio de bairro, podendo representar, em certos casos, a prática mais adotada. Dentre os pequenos negócios entrevistados em bairros periféricos de Fortaleza e Belém, o fiado se destaca como uma das formas de pagamento mais praticadas. O alcance do mercado dos pequenos negócios localizados em áreas periféricas não ultrapassa, na maioria dos casos, a escala do bairro. Contudo, a proximidade da clientela, haja vista a elevada densidade demográfica desses bairros, garante-lhes um mercado mínimo para manter a atividade.

#### **Avanços do circuito superior sobre mercados do circuito inferior**

As periferias metropolitanas vêm passando, contudo, por intensas transformações que têm impactado o circuito inferior periférico e rearranjado os conteúdos que caracterizam esses espaços. A recente expansão do crédito à população de baixa renda criou as condições para que os pobres residentes nas periferias consumam, cada vez mais, em grandes cadeias comerciais de varejo. Visando alcançar o grande mercado concentrado nas áreas periféricas, que agora tem acesso a um crédito desburocratizado, as grandes redes do circuito superior vêm diversificando sua topologia nas grandes cidades (SILVEIRA, 2009).

Nos últimos anos, observa-se, efetivamente, uma verdadeira proliferação da quantidade e diversidade de agências financeiras de crédito pessoal, lojas de departamento, vestuário e eletrodomésticos, entre outras, que têm multiplicado

suas filiais em centralidades populares, onde buscam aproveitar-se da circulação intensa que essas áreas abrigam. Não obstante, a nova topologia do circuito superior passou a englobar, também, áreas até então consideradas desinteressantes, como os bairros periféricos de metrópoles como São Paulo e Brasília. A crescente instalação de grandes equipamentos de consumo — como *shopping centers*, hipermercados e franquias de grandes marcas — tem alterado as práticas de consumo da população pobre (SCIRÉ, 2009), provocando, por conseguinte, novas perturbações nas dinâmicas da economia popular na periferia.

A instalação das grandes redes do circuito superior nas periferias catalisa os anseios de consumo da população pobre concentrada nessas áreas. Intensifica-se, ao mesmo passo, a vontade de consumir em lugares específicos, como *shopping centers*, não só pelos produtos que oferecem, mas também em função de seu valor simbólico (BALLESTEROS; CARRERAS, 2006). Essa crescente vocação para o consumo em lojas das maiores empresas, que agora se instalam em bairros periféricos, acaba por impactar as dinâmicas dos pequenos negócios pouco capitalizados aí localizados. Estes se encontram, conseqüentemente, ameaçados de perder não apenas sua localização, em função da valorização fundiária desencadeada pela instalação das grandes empresas, mas também o mercado por ela abrigado.

A expansão do crédito, o endividamento e a diversificação das práticas de consumo entre a população pobre vem alcançando, assim, também as periferias e impactando, por conseguinte, os agentes do circuito inferior que encontram combinados nestas partes da cidade os elementos que lhes permitem realizar alguma atividade e obter alguma renda.

#### Considerações finais: da reflexão sobre os conteúdos do espaço à economia política da cidade

Um dos registros mais fiéis da presença do circuito inferior nas metrópoles brasileiras reside na diversidade e na desvalorização de certas parcelas do meio construído (OLIVEIRA, 2009). Áreas menos valorizadas nas centralidades populares e periferias dos bairros pobres concentram a maior densidade das atividades da economia popular, visto que os recursos da maioria de seus agentes lhes permitem a inserção somente nestas localizações. Segundo Silveira (2010), a condição oligopolista da cidade é um processo que não se completa, uma vez que há interstícios — na divisão das tarefas e no meio construído — que não interessam ao circuito superior. E são justamente esses espaços intersticiais do tecido urbano e da divisão social do trabalho que sustentam a presença e a ampliação do circuito inferior.

A partir das reflexões tecidas acima, procuramos analisar a densidade

diferencial da presença do circuito inferior no tecido urbano das grandes cidades, identificando os diferentes elementos relacionados à maior concentração das pequenas atividades pouco capitalizadas em suas áreas centrais e em suas periferias. Em outras palavras, buscamos identificar quais os conteúdos do espaço que permitem e garantem a existência e a reprodução do circuito inferior em determinadas localizações.

Sintetizando, podemos afirmar que nas áreas centrais, a presença de frações relativamente desvalorizadas do meio construído garante, em certa medida, as condições para a instalação e permanência das atividades do circuito inferior — embora os custos de uma localização central sejam, muitas vezes, elevados para o nível de capitalização do circuito inferior. A esse componente, acrescem-se a importância da participação em toda uma economia de aglomeração aí concentrada e a grande circulação das massas que representam, finalmente, um enorme mercado para os pequenos negócios que logram se instalar nas áreas centrais.

Já nas periferias, a concentração de uma população de baixa renda em áreas de alta densidade demográfica, a presença de um meio construído ainda mais desvalorizado e intensamente ocupado, o aproveitamento das residências para a realização das mais diversas atividades, a proximidade do mercado e a densidade comunicacional (SANTOS, 1996) compõem os conteúdos em que se sustenta o circuito inferior periférico.

Toda uma miríade de pequenos negócios depende destes conteúdos para desenvolver as atividades que garantem renda e ocupação a milhões de pessoas nas grandes cidades brasileiras. Conforme afirmam Santos e Silveira (2001, p. 22), “um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem de sua própria constituição”. Vemos assim, como o território é usado efetivamente como um abrigo por parte dos agentes não hegemônicos (SANTOS et alli, 2000).

A partir desta reflexão sobre os conteúdos do território e seus usos pelo circuito inferior, esperamos poder contribuir para a elaboração de uma teoria da localização da economia popular que sirva, por sua vez, de insumo a uma economia política da cidade (SANTOS, 1994), que se propõe a entender como o meio construído se organiza face à produção e como os agentes encontram seu lugar no tecido urbano e na divisão do trabalho. Em outras palavras, esperamos contribuir para uma economia política da cidade que busca entender como os conteúdos do território autorizam certos usos que garantem a sobrevivência de grande parte da população pobre metropolitana no país.

## Bibliografia

- BALLESTEROS, Aurora G. e CARRERAS, Carlos. Geografía y consumo. In: HIERNAUX, Daniel e LINDÓN, Alicia (Orgs). *Tratado de Geografía Humana*. México: Editorial Antrophos, 2006.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Géographie Urbaine*. Paris: Armand Colin, 2006.
- COMIN, Álvaro. Diagnósticos, Oportunidades e Diretrizes de Ação. In: *Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, p. 1-30, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- FELDMAN, Sarah. Mutações na centralidade da metrópole paulistana: da centralidade hierarquizada à centralidade difusa e polivalente. Texto apresentado no XI *Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio* (RII), Mendoza, 2010.
- FRÚGOLI JR., Heitor J. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- GOODALL, Brian. *La economía de las zonas urbanas*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1977.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Tradução: Flavio Villaça. *Espaço e Debates*, São Paulo, junho/setembro, p. 6-36, 1982.
- HARVEY, David. *The urbanization of capital*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Economia Informal Urbana*. Rio de Janeiro: FIBGE, 2003.
- MARQUES, Eduardo C. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: Unesp, 2010.
- MONTENEGRO, Marina R. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*. São Paulo: USP, 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OLIVEIRA, Edilson. *Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina* — PR. São Paulo: USP, 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PMSP/ PROCENTRO. *Reconstruir o centro*. Reconstruir a cidade e a cidadania. São Paulo, 2001.
- ROLNIK, Raquel et alli. *Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo*. In: *Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, 2005.
- SANTOS, Milton. *L'espace partagé*. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton et alli. *O papel ativo da Geografia. Um manifesto*. Sala de Estudos Territoriais Brasileiros- Laboplan, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCIRÉ, Claudia D'Ipolitto de O. *Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza*. São Paulo: USP, 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- SENA, Ana Laura. *Trabalho informal nas ruas e praças de Belém: estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios*. Belém: NAEA/ EDUFPA, 2002.
- SILVA, José Borzacchiello da. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- SILVEIRA, María Laura. Finanças, Consumo e Circuitos da Economia Urbana na Cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009.
- SILVEIRA, María Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. Texto apresentado no *XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)*, Porto Alegre, 2010.
- SILVEIRA, María Laura. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: PEREIRA, Elson Manoel e DIAS, Leila Christina (Orgs.). *As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro*. Florianópolis: Insular, 2011.
- TOPALOV, Christian. *La urbanización capitalista*. Algunos elementos para su análisis. Mexico D.F.: Editorial Edicol, 1979.
- VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp/ Lincoln Institute, 1998.

### Sobre a autora

*Marina Regitz Montenegro*: graduada em Geografia, mestre e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou mestrado em Geografia na Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3, França). Atualmente é pós-doutoranda no Departamento de Geografia da USP.

\* \* \*

#### ABSTRACT

### Reflections for a theory of location of popular economy in brazilian metropolises

The lower circuit of the urban economy embodies a huge dimension in the Brazilian metropolises, being present both in central areas and in the suburbs. We seek in this paper to analyze the different contents of the space that enable and guarantee the presence of popular economic activities in these locations in metropolises like São Paulo, Brasília, Fortaleza and Belém. We examine, therefore, how the contents of these locations authorize or also invite certain uses of the territory. In this direction, we seek to contribute to a political economy of the city that aims to understand how the production is organized in the built environment and how the agents find their place in the urban space and in the division of labor.

**KEYWORDS:** lower circuit of the urban economy; contents of space; built environment; center; periphery.

#### RESUMEN

### Reflexiones para una teoría de la localización de la economía popular en las metrópolis brasileñas

El circuito inferior de la economía urbana asume un enorme dimensión en las metrópolis brasileñas, así que está presente tanto en las zonas centrales como en las periferias. Buscamos en este trabajo analizar los diferentes contenidos del espacio que permiten y garantizan la presencia de actividades de la economía popular en estas localizaciones en las grandes ciudades como Sao Paulo, Brasilia, Fortaleza y Belem. Reflexionamos, así, sobre como los contenidos de estos sitios autorizan, es decir, invitan a ciertos usos del territorio. En este sentido, se busca contribuir a la construcción de una economía política de la ciudad, que tiene como objetivo entender cómo la producción se organiza en el ambiente construido y como los agentes encuentran su lugar en el tejido urbano y en la división del trabajo.

**PALABRAS CLAVE:** circuito inferior de la economía urbana, contenidos del espacio, medio ambiente construido; centro; periferia.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

*Artigo recebido em julho de 2013. Aprovado em agosto de 2013.*